

AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉC. XIX E A IMIGRAÇÃO DOS *BRUMMER* E DOS JESUÍTAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

THE TRANSFORMATIONS OF THE 19TH CENTURY AND THE IMMIGRATION OF BRUMMER AND JESUITS TO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Eduardo Piassini¹

João Vitor Sausen²

RESUMO

É de grande relevância que estudos dedicados aos movimentos migratórios direcionados ao Rio Grande do Sul durante o século XIX atentem para as rupturas e continuidades desse processo. Nesse sentido, torna-se necessário olhar para os contextos que levaram à migração de grupos humanos e de que forma impactaram suas experiências e modos de vida transplantados ao Rio Grande do Sul. Com base nestes pressupostos e considerando o contexto político da região alemã durante o oitocentos, percebe-se que o conflituoso horizonte que conduziu à formação de um Estado-Nação alemão em 1871 expeliu grupos que se opuseram ou ofereceram alternativas, em determinados momentos, às formatações políticas vigentes. Assim, o presente trabalho apresenta transformações do século XIX referentes ao contexto político alemão que resultaram na migração de dois importantes grupos de alemães para o Rio Grande do Sul, os *brummer* e os jesuítas.

Palavras-chave: Imigração. Brummer. Jesuítas. Alemanha.

1 Doutorando (Bolsista CAPES/DS) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Área de Concentração: História, Poder e Cultura; na Linha de Pesquisa: Fronteira, Política e Sociedade, com período de Doutorado Sanduíche CAPES (Edital CAPES PDSE 47/2017) na Universidade de Coimbra (Portugal), entre novembro de 2018 e abril de 2019 sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes. Mestre em História (Bolsista CAPES/DS) e Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Professor Colaborador do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa “História Platina: sociedade, poder e instituições”. Dedicou-se a pesquisas sobre a Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, séc. XIX, sobretudo questões relacionadas a participação e atuação política de imigrantes alemães.

2 Estudante de Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), onde possui Bolsa CAPES. Graduado em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em História - Licenciatura pela mesma instituição. Foi bolsista de Iniciação Científica Probic/FAPERGS/UFSM entre março de 2018 a janeiro de 2020, vinculado ao Grupo de Pesquisa História Platina: sociedade, poder e instituições e ao Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). Participou do programa de mobilidade discente da AUGM na Universidad Nacional del Litoral (UNL), Santa Fe, Argentina, entre agosto e dezembro de 2018.

ABSTRACT

It is of great relevance that studies dedicated to migratory movements directed to Rio Grande do Sul during the 19th century pay attention to the ruptures and continuities of this process. In this sense, it is necessary to look at the contexts that led to the migration of human groups and how they impacted their transplanted experiences and ways of life in Rio Grande do Sul. Based on these assumptions and considering the political context of the German region during the 19th century, it is clear that the conflicting horizon that led to the formation of a German nation-state in 1871 expelled groups that opposed or offered alternatives, at certain times, to the current political formations. Thus, the present work presents transformations of 19th century regarding the German political context that resulted in the migration of two important groups of Germans to Rio Grande do Sul, the Brummer and the Jesuits.

Keywords: *Immigration. Brummer. Jesuits. Germany.*

INTRODUÇÃO

Os estudos voltados às migrações humanas, pensa-se, devem vir acompanhados de uma perspectiva que não inicie nos navios e no desembarque dos imigrantes nos portos brasileiros. Eles devem, quando possível, buscar uma análise que vislumbre continuidades e rupturas entre os contextos deixados e as novas realidades encontradas. Nesse sentido, em relação a imigração alemã para o Rio Grande do Sul, Giralda Seyferth (1994) comenta que a passagem pelo Oceano Atlântico parece determinar uma ruptura na experiência dos imigrantes, o que pode ser constatado por meio do horizonte alcançado pelas memórias familiares de descendentes de imigrantes alemães: a viagem de navio e a chegada ao solo brasileiro, o que demonstra desconhecimento ou esquecimento sobre a vida de seus antepassados em solo alemão.

Ao mesmo tempo, constata-se que grande parte da historiografia que trata da colonização alemã no Rio Grande do Sul durante o séc. XIX reserva pouca atenção ao contexto europeu e suas consequências que incentivaram a vinda desses grupos para o Brasil. O tema é tratado em seus aspectos gerais, com destaque para as mudanças sociais decorrentes do avanço do capitalismo em território alemão. Além disso, estes estudos apresentam os fatores de atração que fizeram os emigrantes alemães escolherem o Brasil como destino.³ Sobretudo, foram convencidos pelos benefícios que o

3 O Império do Brasil, ao longo do séc. XIX, empreendeu esforços para atrair grupos europeus, sobretudo dos territórios germânicos, com diferentes objetivos: adensar a população da província de Rio Grande de São Pedro afim de garantir a hegemonia brasileira na fronteira meridional; incentivar o trabalho livre, a pequena propriedade e a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno; fornecer mão-de-obra para as lavouras de monocultura do Sudeste frente às pressões para a abolição da escravidão; e branquear a população (ROCHE, 1969; HERÉDIA, 2001).

governo imperial oferecia. Assim, percebe-se uma lacuna da historiografia brasileira e sul-rio-grandense quanto a estudos mais detalhados quanto ao contexto alemão do séc. XIX. Nesse sentido, o presente estudo procura contribuir para modificar tal percepção ao tratar das transformações políticas do território alemão que vieram a definir as experiências migratórias de dois grupos de imigrantes alemães que vieram para o Brasil, os *Brummer* e os Jesuítas.

1 A RELAÇÃO ENTRE A DINAMARCA, OS DUCADOS DE SCHLESWIG E HOLSTEIN E A IMIGRAÇÃO DOS BRUMMER

O século XIX alemão iniciou com uma série de conflitos causados pelas conquistas napoleônicas e findou com a formação de um forte Império, que mais tarde seria desmantelado após a Primeira Guerra Mundial. Neste processo, marcado por profundas transformações, muitos alemães deixaram o território alemão e migraram para países como os Estados Unidos e o Brasil. No início do século XIX, ainda não existia o Estado-Nação da Alemanha, como hoje conhecemos, mas uma série de pequenos Estados com populações de fala alemã, organizados sob o Sacro Império Romano Germânico. De acordo com Eric J. Hobsbawm:

O império do Sagrado Imperador Romano compreendia seus principados particulares, acumulados durante os séculos e jamais adequadamente padronizados ou unificados (...) e a autoridade imperial sobre uma variedade de territórios que iam desde grandes potências por si mesmas, como o reino da Prússia (...) passando por principados de todos os tamanhos, até repúblicas de cidades-Estados independentes e ‘cavaleiros imperiais livres’ cujas propriedades, frequentemente apenas alguns acres de terra, não tinham senhores mais altos. Cada uma dessas áreas, por sua vez, se bastante grande, demonstrava a mesma falta de unidade territorial e de padronização, dependendo dos caprichos de uma longa história de aquisições fragmentárias, divisões e reunificações da herança de família (2016, p. 150).

Portanto, os Estados alemães não compartilhavam de uma mesma unidade política, estando ligados entre si por meio de uma espécie de confederação. Ainda não havia uma identidade nacional, apenas traços linguísticos próximos que permitiam os identificar como povos alemães. Além da fragmentação política e da ausência de um sentimento nacional, as diferenças religiosas atuavam como importante fator contrário a integração, questão que já havia causado conflitos, como a Guerra dos Trinta

Anos.⁴ Segundo Christopher Clarck:

Católicos e protestantes estavam concentrados em regiões específicas do Império (os protestantes, falando amplamente, no norte, nordeste e regiões centrais, os católicos na periferia oriental polonesa, o oeste e o sudeste). Nas extensas áreas de confissão mista, como a Renânia, Francônia, Bavária, Württemberg e Alsácia, as duas confissões tinham certa distância nos perfis ocupacionais e culturais. Católicos eram em média mais pobres que os protestantes; era menos provável que completassem o ensino secundário; e muito menos provável que frequentassem universidades ou trabalhassem em alguma das profissões liberais. Mesmo em áreas rurais de confissão mista, os católicos tendiam a cultivar pequenas e menos férteis áreas de terra. Tais diferenças estruturais emprestaram uma aparência de permanência e imutabilidade sobre a divisão. Elas levaram à diferença confessional a se relacionar – em muitas áreas – com diferenças na mentalidade, atitude, riqueza e oportunidade (2008, p. 93)⁵.

Neste sentido, durante o séc. XIX as diferenças religiosas continuavam atuando como dissonâncias de ordem social, econômica e cultural. As diferenças religiosas se expressavam geograficamente, como é possível perceber no Mapa 1, em que se observa a localização das três religiões com mais adeptos no Sacro Império Romano Germânico ao ano final da Guerra dos Trinta Anos (1648):

4 Segundo Jason P. Coy (2011), A Guerra dos Trinta Anos foi um conflito motivado pelas tensões religiosas entre calvinistas, católicos e protestantes no interior no Sacro Império Romano Germânico, assim como foi um choque entre rivalidades dinásticas europeias. Desta maneira, seus lados opostos não são uma simplificação de católicos versus protestantes e calvinistas, mas sim, campos que criaram alianças a partir de interesses mútuos contra inimigos comuns.

5 Tradução nossa do original em inglês: “Catholics and Protestants were concentrated in specific regions of the empire (the Protestants, broadly speaking, in the north, north-east, and central regions, the Catholics on the Polish eastern periphery, the west, and the south-east). In the very extensive areas of mixed confession, such as the Rhineland, Bavarian Franconia, Württemberg, and Alsace, the two confessions had quite distinct occupational and cultural profiles. Catholics were on average poorer than Protestants; they were less likely to complete secondary school; and they were far less likely to attend university or to work in one of the ‘liberal’ professions. Even in rural areas of mixed confession, Catholics tended to farm smaller and less fertile plots of land. These structural differences lent an appearance of permanence and intractability to the confessional divide. They meant that confessional difference correlated – in many areas – with differences in mentality, attitude, wealth, and opportunity”.

Mapa 1 – Alemanha confessional:
O Sacro Império Romano Germânico, 1648.



Fonte: Versão com traduções inseridas publicada em SAUSEN, João Vitor. **A nacionalização dos nacionais:** as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019. O mapa original pode ser consultado em: COY, James P.. **A brief history of Germany.** York: Maple Press, 2011, p. 79.

Esse cenário começou a mudar a partir da conquista de grande parte do território alemão pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte e pela expansão das ideias liberais em toda Europa e para além de suas fronteiras, baseadas no uso da razão e na defesa dos direitos individuais. Tudo isso constituiu grave ameaça ao absolutismo (SCHEIDT, 2008; BOBBIO, 1998). Na França, a revolução de 1789 destituiu o rei de seu direito divino e agiu como real ameaça aos poderes monárquicos baseados no ideal absolutista. Assim, houve a aproximação de Estados monarquistas apoiados por contrarrevolucionários franceses em um esforço para impedir o avanço do exemplo revolucionário francês (CAPUANO, 1999).

Durante o período do terror, quando houve a execução de lideranças na guilhotina, o exército francês ganhou importância no contexto da Revolução Francesa ao reprimir movimentos internos e agir contra ameaças externas. Em meio a tudo isso, Napoleão Bonaparte construiu sua trajetória militar e recebeu o título de Comandante Geral do Exército do Interior, em 1795. No ano seguinte, envolvido no processo de expansão francesa, assumiu o comando das tropas revolucionárias encarregadas de conquistar o território da Península Itálica. Ao retornar a Paris, após o êxito de sua campanha, foi recebido como um grande conquistador (CAPUANO, 1999).

Em 1798, Napoleão partiu para campanhas no Egito e na Síria, não obtendo os resultados esperados. Ao saber da complicada situação política francesa, interna e externamente, ocasionada por sucessivas crises do Diretório, ele resolveu retornar a Paris. Deixou as dificuldades da guerra no Oriente para ser aclamado como Salvador da República. Em 1799, ascendeu ao poder após o golpe do 18 Brumário, quando a câmara foi dissolvida pela ameaça militar e o Diretório deixou de existir, instalando-se o Consulado, formado por três cônsules provisórios, dentre eles Napoleão. Ambicioso, tomou o poder e se corou Imperador da França, ampliando a expansão francesa na Europa (CAPUANO, 1999).

A desarticulação territorial, a permanência de estruturas feudais e a falta de um poder central tornaram o território alemão suscetível ao expansionismo de Napoleão que, em 1810, tinha apenas a Suécia, o Reino Unido, Irlanda, Portugal, Sardenha-Piemonte e Sicília hostis a ele. A ocupação francesa do território alemão começou nos primeiros anos do séc. XIX, pela margem esquerda do Reno, resultando em diversas mudanças no desenho de seu mapa. Em 12 de julho de 1806, Napoleão assinou um tratado com 16 aliados alemães, incluindo os importantes estados de Baden, Baviera, Hesse-Darmstadt, Saxônia e Württemberg. Esses aliados se retiraram formalmente do Sacro Império Romano Germânico e formaram uma coalização conhecida como *Rheinbund* (Confederação do Reno), que funcionou como um Estado-satélite destinado a proteger a fronteira oriental da França. Os

membros da Confederação tiveram de fornecer alimentos, armas e homens para as forças militares de Napoleão, obtendo em troca autorização para tomar territórios que haviam ficado de fora daquela aliança (COY, 2011; RIBEIRO, 2009).

Em 8 de agosto de 1806, diante das conquistas francesas e de um ultimato de Napoleão, o imperador Francisco II abdicou formalmente como imperador e proclamou a dissolução do Sacro Império Romano Germânico, cuja existência remontava a mais de 1000 anos. Assim, quase todos os Estados alemães resolveram participar da Confederação do Reno, exceto a Áustria (governada por Francisco II), a Prússia, e a Pomerânia sueca. Sob a influência dinamarquesa, Schleswig e Holstein também ficaram de fora (RIBEIRO, 2009).

As conquistas francesas e seu domínio sobre o território alemão, bem como a dissolução do Sacro Império Romano Germânico, ajudaram a promover um crescente sentimento de nacionalismo alemão. Ao mesmo tempo em que as tropas francesas triunfavam nos campos de batalha, tiveram de despendar recursos para suprimir diversas revoltas em território alemão. Com o passar do tempo, parte da população alemã ficou cada vez mais unida em sua oposição ao domínio francês. Assim, o período napoleônico, além de desestruturar o mapa do território alemão, fomentou um movimento romântico e nacionalista voltado à construção de uma identidade nacional antagônica à supremacia francesa (RIBEIRO, 2009).

O poderio napoleônico sobre parte importante da Europa encontrou seu fim a partir de 1812, com a desastrosa campanha russa que destruiu a maior parte de seus exércitos. Em 1813, Napoleão foi derrotado pela coalizão formada por Áustria, Prússia, Rússia e Suécia na Batalha de Leipzig, também conhecida como Batalha das Nações. Aquela foi a maior batalha em solo europeu antes da Primeira Guerra Mundial, envolvendo mais de meio milhão de soldados. A Batalha das Nações serviu como um elemento importante para os nacionalistas alemães, que a romantizaram como uma luta do povo alemão contra os invasores franceses, imortalizada no final do séc. XIX por meio da construção de um monumento em Leipzig. A vitória aliada levou os principais Estados alemães da Confederação do Reno, como a Baviera, Saxônia e Württemberg, a mudar de lado. A coalizão invadiu a França e depôs Napoleão, restaurando a monarquia Bourbon e exilando-o na ilha de Elba. Assim, sem o apoio francês, a Confederação do Reno entrou em colapso (COY, 2011; CAPUANO, 1999).

**Mapa 2 – Confederação do Reno em 1812,
demarcada com o tracejado roxo**



Fonte: Haacks geographischer Atlas. Gotha/Leipzig: Instituto Cartográfico Geográfico VEB Hermann Haack, 1ª ed., 1979.

Houve, então, a tentativa de Restauração, ou seja, o esforço para apagar os vestígios do período revolucionário com a intenção de restabelecer o espírito monárquico, além da tentativa de evitar o aparecimento de um “novo Napoleão”, promovido por líderes conservadores e encabeçado pelo príncipe Klemens von Meternich, Ministro das Relações Exteriores da Áustria. Os vencedores se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815), assim como praticamente todos os estados e dinastias aristocráticas da Euro-

pa (COY, 2011; HOBBSAWM, 2016).

O Congresso de Viena redesenhou o mapa europeu. Em relação aos territórios alemães, a Áustria, que havia sofrido gravemente durante as guerras napoleônicas, teve a maioria desses reveses desfeitos. Os Habsburgo recuperaram o Tirol, Salzburgo, Lombardia-Veneza e território-chave na Dalmácia. A Prússia, tendo desempenhado um papel fundamental na derrota final de Napoleão, ganhou um território significativo: parte da Saxônia, uma parte de Varsóvia e da Vestfália, a Pomerânia sueca e o porto estratégico de Danzig. Os principais estados alemães da Confederação do Reno, tendo abandonado Napoleão após sua derrota na Batalha de Leipzig, também obtiveram concessões territoriais. O Congresso de Viena reconheceu as aquisições de Baden, Baviera, Hesse-Darmstadt e Württemberg durante a guerra. O mais importante foi a criação da Confederação Alemã, composta por mais de 30 Estados alemães, como uma forma de substituir a extinta Confederação do Reno (COY, 2011).

Mapa 3 – Europa após o Congresso de Viena, 1815



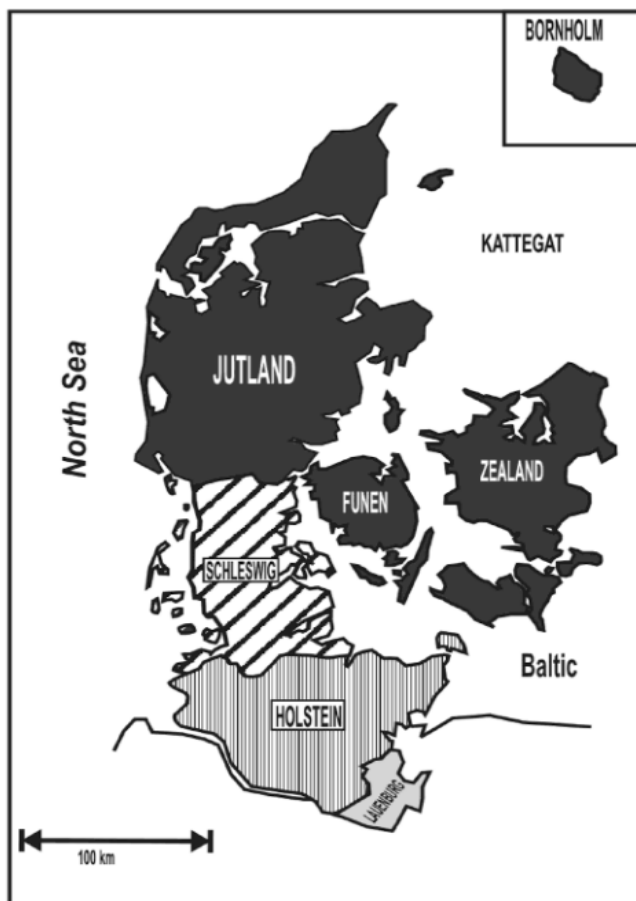
Durante o Congresso de Viena, o ducado de Holstein se tornou membro da Confederação Alemã, diferentemente de Schleswig, afastado

dessa possibilidade por conta da oposição do rei da Dinamarca, Frederico VI, que afirmou ser Schleswig um território dinamarquês. Em 1822, Schleswig tentou se incorporar à Confederação Alemã, apesar dos protestos do rei dinamarquês. A falta de apoio para seu objetivo, entretanto, travou-o durante oito anos. Em Viena, a Dinamarca acabou perdendo a Noruega, que passou a pertencer a Suécia. Como compensação, Frederico VI recebeu o Ducado de Lauenberg, ao Sul de Holstein, tornando-se Rei da Dinamarca e Duque de Schleswig, Holstein e Lauenberg (Mapa 4) (SVENDSEN, 2007). Esses ducados, apesar de sua maior proximidade social e cultural com o território alemão, continuaram subordinados ao reino dinamarquês (PIASSINI, 2016).

As guerras napoleônicas deixaram consequências nos territórios sob influência dinamarquesa. Desentendimentos com os britânicos, com o ataque de Copenhague em 1807, levaram os dinamarqueses a apoiarem os franceses. Os territórios predominantemente alemães da Dinamarca ficaram descontentes com essa aproximação. As últimas batalhas do período napoleônico ocorreram em Schleswig e Holstein, onde as tropas desses ducados, assim como as dinamarquesas, lutaram juntas, pela última vez, contra as tropas aliadas da Suécia, Rússia e da Confederação do Reno. Em 1813, após o fim das hostilidades, Holstein foi ocupado por tropas suíças e prussianas. Ao fim desse período, houve o aumento da influência germânica em Schleswig, Holstein e Lauenberg. Os dinamarqueses passaram a corresponder apenas a 40% da população dos reinos da Dinamarca (SVENDSEN, 2007).

Apesar dos esforços das monarquias europeias para frear o avanço dos ideais revolucionários, amplificados com a Revolução Francesa e com as conquistas de Napoleão, movimentos liberais surgiram em toda Europa nas décadas seguintes ao Congresso de Viena, inclusive na Dinamarca e em Schleswig e Holstein. O objetivo principal desses grupos era a elaboração de constituições de cunho liberal e a formação de parlamentos. Na Dinamarca houve prisões e perseguições (SVENDSEN, 2007).

Mapa 4 – Territórios da Dinamarca, Schleswig, Holstein e Lauenberg



Fonte: SVENDSEN, Nick. **The first Schleswig-Holstein war 1484-50**.
West Midlands: Helion & Company Ltd, 2007, p. 16.

Em 1848, os movimentos contestando o poder absoluto dos reis e exigindo maior participação de outros setores sociais nas decisões políticas tomaram a Europa naquilo que ficou conhecido como a “Primavera dos Povos”. Com relação aos estados alemães, além de bandeiras como a liberdade de imprensa ou a formação de um parlamento, muitos revoltosos clamaram pela unificação alemã (COY, 2011). Ainda que por um curto período, a onda revolucionária resultou na formação de um parlamento que representaria os alemães, em Frankfurt, junto ao qual houve o clamor pela unificação alemã a partir da liderança da Prússia, em uma exclusão dos austríacos. O Parlamento outorgou uma Constituição que acabou não sendo reconhecida por alguns dos maiores reinos da Confederação Alemã, como a Áustria, a Prússia, a Bavária e a Saxônia (COY, 2011).

Com o colapso da Assembleia, seguido de diversos movimentos esparsos e fracassados, o destino de grande parte das lideranças de 1848 foi a morte, prisão ou exílio. A maioria das medidas que haviam logrado com o Parlamento de Frankfurt foram banidas nos anos posteriores. Muitos dos revolucionários descontentes com os resultados de seus esforços optaram por emigrar (COY, 2011).

Além dos esforços de unificação por parte de grupos liberais nacionalistas, os movimentos de 1848 também geraram embates entre bandeiras. Este foi o caso da Primeira Guerra de Schleswig (1848-1851), centrada na querela entre alemães e dinamarqueses pelo controle das províncias de Schleswig e Holstein. O estopim foi a intervenção prussa em um levante nacionalista em 1848, e, após três anos de combates infrutíferos os alemães foram forçados a recuar e assinar um tratado intermediado pelos ingleses. Neste (O Protocolo de Londres de 1852), a Prússia reconhecia o direito dinamarquês sobre os dois ducados, apesar de impedir futuras absorções do território (BREUILLY, 1996).

Em relação a Schleswig e Holstein:

Na década de 1840, o reino da Dinamarca passou a adotar uma política oficial de integração dos dois ducados. Para isso, procurou impor a eles uma nova ordem mediante a neutralização cultural e administrativa da população alemã residente em Schleswig e Holstein. Assim, houve a gradual substituição de germânicos por dinamarqueses em cargos do serviço público e militar. A população germânica desses ducados não aceitou as imposições do reino dinamarquês em vista da ligação que possuíam com suas origens germânicas, e sublevou-se. O conflito teve início em 1848, somando-se aos inúmeros outros levantes que sacudiam a Europa naquele momento, motivados, sobretudo, por questões nacionais e liberais. Schleswig e Holstein formaram um governo provisório e buscaram apoio na Confederação Germânica, da qual Holstein já fazia parte e Schleswig veio a compor assim que o conflito tomou forma (PIASSINI, 2016, p. 66).

Após sucessivas derrotas, a Dinamarca pediu ajuda para a Inglaterra, Rússia e Áustria, que atenderam o clamor para intervir no conflito. As potências acionadas exigiram o afastamento da Prússia do conflito. A Áustria, sob o temor da unificação alemã, impôs aos prussianos um ultimato, o “Tratado de Olmütz”, afastando de vez a Prússia da questão dinamarquesa e exigindo que os militares envolvidos na causa dos ducados fossem consi-

derados delinquentes revolucionários, ameaçando-os com retaliação militar caso não depusessem as armas. A Prússia fez cumprir o tratado. Com isso, Schleswig e Holstein, que contavam com o apoio prussiano, ficaram sozinhos em sua luta. Houve a retirada das tropas regulares germânicas. Assim, realizou-se uma campanha de alistamento de voluntários em toda a Confederação Alemã para combaterem os dinamarqueses. A convocação teve êxito (LEMOS, 2015; PIASSINI, 2016):

(...) esses heroicos voluntários que constituíram o Exército de Schleswig-Holstein, classificado pelos oficiais prussianos como 'abaixo da média' e que chegou a atingir o efetivo de 36.000 homens (...) decididamente não eram soldados. Gente urbana, artistas, intelectuais, estudantes, boêmios (...). Além disso, chegaram ao campo de batalha quando a situação militar já estava praticamente definida em favor da superioridade bélica dos dinamarqueses (LEMOS, 2015, pg. 61).

As tropas de Schleswig-Holstein foram derrotadas em várias frentes de batalha e os ducados acabaram derrotados na primeira guerra de Schleswig-Holstein. Os ex-combatentes ficaram com a sensação de que haviam sido abandonados e traídos pela Confederação Alemã. Os resultados desse conflito tiveram consequências para a colonização alemã empreendida no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Dentre as diversas levas de imigrantes oriundos do território alemão com destino ao Brasil, destacaram-se os *Brummer*, um grupo constituído por cerca de 1800 homens contratados como mercenários pelo governo imperial brasileiro para engrossar suas fileiras na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), um conflito de caráter internacional que envolveu interesses dos países envolvidos no espaço fronteiriço platino⁶. Parte importante dos *Brummer* adveio da dissolução do exército de voluntários que atuou na Primeira Guerra de Schleswig e Holstein. Vieram para o Brasil para atuar em um conflito fronteiriço, fugindo das consequências de sua atuação em um conflito que também teve caráter fronteiriço (PIASSINI, 2016).

Após a derrota de Schleswig e Holstein, muitos soldados procuraram refúgio na cidade portuária de Hamburgo, estratégica para escapar da

6 Segundo Maria Medianeira Padoin (2001), o *espaço fronteiriço platino* se constituiu através de relações sociais e econômicas, com caráter de região, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estava associado a delimitações físicas e políticas, pois era um espaço dinâmico e mutável que compreendeu o atual território de Buenos Aires e Províncias litorâneas da Bacia do Prata, o território atual do Uruguai e a região da Campanha do Rio Grande do Sul.

perseguição política que iriam encontrar em suas terras de origem, uma vez que passaram a ser traidores. O recrutamento dos agentes brasileiros surgiu como a alternativa ideal para escapar daquele contexto. Muitos duvidaram que teriam, de fato, que atuar no conflito para o qual estavam sendo contratados. Perceberam aquela oportunidade como um meio de ir para as Américas e começar uma nova vida (PIASSINI, 2016).

A missão de recrutar mercenários para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) ficou a cargo do Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, que também deveria adquirir armamentos e uniformes para os recrutados. Esse trabalho foi realizado por uma rede de agenciadores espalhados em diversas cidades do território alemão. Em seis meses conseguiram engajar cerca de 1800 homens e os enviar ao Brasil antes que as forças auxiliares do Império partissem para o Uruguai. A agilidade, porém, não garantiu a excelência do corpo de recrutados, uma vez que vieram a apresentar insuficiente capacidade militar. Segundo Cláudio Moreira Bento (1981), não houve seriedade na contratação de cabos e sargentos. Os agenciadores ficaram desobrigados de maiores critérios para a seleção dos contratados para os cargos de patente superior. A única exigência era terem prestado serviço no extinto exército de Schleswig-Holstein. Assim, soldados foram contratados como sargentos e mais de 150 sargentos foram contratados como soldados.

Parte desse grupo era formado por indivíduos bem situados socialmente, com elevado padrão cultural e moral, sendo que muitos deles eram membros da nobreza alemã. Esses homens constituíram uma força de voluntários da mais variada configuração (BENTO, 1981; PIASSINI, 2016). De acordo com o legionário Cristóvão Lenz, os *Brummer* eram um grupo multiétnico, com integrantes de diversas partes do território alemão. Havia jovens e velhos, assim como homens de poucos modos e outros de fina educação. A maioria já experimentara a vida de soldado. Entre os recrutados que mais chamaram a atenção de Lenz, estava um alemão de pele negra, filho de pai africano e mãe alemã. Os traços físicos, lábios e nariz, eram acentuadamente europeus, enquanto o cabelo e a cor da pele traziam a herança paterna (FLORES, 1997).

Após a assinatura do contrato, recebiam uma identificação impecável, sempre respeitada pela polícia de Hamburgo. Quem passava dificuldades recebia alimentação e moradia gratuita enquanto não partisse para o Brasil (PIASSINI, 2016):

Na situação em que muitos se encontravam, impedidos de retornar a suas respectivas cidades por questões de perseguição política, desempregados, desassistidos, até mesmo

estigmatizados, o contrato brasileiro ofereceu grande oportunidade. Não só receberiam soldos durante o tempo de serviço, assistência durante a permanência em Hamburgo, passagem paga para o Brasil, uniformes, armamento e um adiantamento, como havia a promessa, para o fim do serviço militar, o qual poderia acabar dois anos antes do tempo estipulado no contrato de acordo com a vontade do governo brasileiro, de terras ou passagens de volta a Europa acompanhadas de gratificação (PIASSINI, 2016, p. 70).

Após a prestação de serviço militar, muitos legionários permaneceram no Rio Grande do Sul, sobretudo, nas regiões de colonização alemã. A trajetória anterior de alguns deles facilitou o caminho para que se destacassem como lideranças locais. Diferentemente dos colonos alemães, dedicados ao trabalho agrícola, parte dos *Brummer* atuou como médicos, advogados, agrimensores, professores e comerciantes. Como destaca Telles (1974, p. 19), nas palavras de Carlos von Koseritz, atuaram como “fermento” nas regiões de colonização alemã, uma vez que estimularam àquela população a buscar a ampliação de direitos, a cultivar a cultura alemã e a desenvolver o associativismo (PIASSINI, 2016). Essa posição destacada de alguns *Brummer* e o papel transformador que exerceram na comunidade alemã sul-riograndense, foram reflexo de suas experiências anteriores a vinda ao Brasil e das condições que encontraram na nova pátria (PIASSINI, 2016).

Assim sendo, as ideias liberais espalhadas pela Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte, bem como o nacionalismo, fizeram florescer a primavera na Europa, solapando o absolutismo em muitos lugares. Ao mesmo tempo, o Império brasileiro tomava medidas para se proteger contra as pretensões expansionistas de Rosas, em Buenos Aires. Portanto, conflitos fronteiriços serviram como agentes mobilizadores da migração do contingente de cerca de 1800 mercenários da Legião Alemã dos *Brummer* para o Brasil, onde muitos deles permaneceram e vieram a se tornar lideranças nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul.

2 A UNIFICAÇÃO E A KULTURKAMPF

Entre as inúmeras possibilidades de formações para uma “Alemanha”, figuravam, no século XIX, a *Großdeutschland*, uma forma de unificação completa que incluía a Áustria; e a *Kleindeutschland*, que visava apenas os estados alemães ao norte do Reino supracitado (GALLERO, 2009).

Em 1862 o rei prusso Wilhelm I nomeou Otto von Bismarck, então embaixador na França, como Ministro-Presidente (BREUILLY, 1996). Naquele período, a disputa pela hegemonia com os austríacos na Confe-

deração Alemã, além de uma perspectiva de que uma unificação alemã nas bases da *Kleindeutschland* iria fortalecer os prussos, levaram a diversos movimentos diplomáticos e militares por parte de Bismarck.

O primeiro deles veio na Segunda Guerra de Schleswig. Nesta, a Confederação Alemã derrotou os dinamarqueses, de forma que Schleswig ficou sob a esfera dos prussos e Holstein foi anexada pelos austríacos (BREUILLY, 1996). Pouco mais de um ano depois, um novo conflito no interior da Confederação, a Guerra Austro-Prussiana, motivada pelo controle de Holstein opôs, de um lado, a Prússia (junto a alguns estados alemães do norte) e a Itália (que buscava a anexação do Vêneto); e de outro, a Áustria com o que lhe restava de apoio, especialmente dos alemães do sul, como os bávaros (COY, 2011). Este conflito, apesar do grande número de estados envolvidos, foi breve.

As superioridades bélica e logística prussas conduziram a uma rápida vitória. Desta maneira, a Confederação alemã foi dissolvida e substituída pela Confederação Norte Alemã; os prussos eram, a partir de então, a liderança incontestável de uma futura Alemanha; diversos aliados austríacos foram anexados (como Hannover, Nassau e Hesse-Kassel); Schleswig e Holstein foram absorvidas ao território prusso; A Saxônia foi forçada a participar da Confederação; e a Áustria havia sido eliminada de qualquer possibilidade de participação em uma futura Alemanha. Para além disso, a participação italiana do lado prusso lhe garantiu o direito de anexar o Vêneto (COY, 2011).

O ato final da unificação dos alemães veio em 1870. A partir de uma grande jogada diplomática, o “Despacho de Ems”⁷, bem como em meio a uma grande crise internacional, a Prússia logrou com que a França lhe declarasse guerra, de forma que, como agressora, o tivesse que fazer sozinha. Na sequência, a partir de um rápido conflito, os prussos e seus aliados acabaram por anexar os territórios da Alsácia e Lorena, assim como, de maneira imensamente simbólica, realizaram a coroação de Guilherme I como imperador da Alemanha no Corredor dos Espelhos do Palácio de Versalhes (COY, 2011). Estava findada a unificação territorial alemã, como pode ser observada no mapa 5.

A recém unificada Alemanha, sob o reinado de Guilherme I e a chan-

7 O contexto 1870 era de uma disputa entre franceses e prussos pelo futuro do trono espanhol. O Despacho de Ems foi um relato da reunião do Embaixador francês com o rei Wilhelm I, onde o tema central era a crise em voga e um pedido francês para que os prussos desistissem de reclamar o trono. Bismarck, por seu lado, utilizou o relato original da reunião, o alterou e vazou para a mídia, de forma que estivesse em um formato humilhante para os franceses, que responderam com uma declaração de guerra (COY, 2011).

celaria de Otto von Bismarck encontrava diante de si uma população que apesar do ideal de unificação nacional, não era homogênea. Desta maneira, diversas medidas foram conduzidas para a unificação interna da população alemã. Para o chanceler alemão, não bastava apenas uma Alemanha unida, mas também os alemães ideais para a habitem (LERMAN, 2008).

Mapa 4 – Alemanha Imperial



Fonte: A Prússia, através de inúmeros esforços bélicos e diplomáticos, logrou a unificação e comando do Império, além de ter, ao longo do processo, anexado grandes partes dos estados alemães para si. Figura original publicada por RETALLACK, James (org.). **Short Oxford History of Germany:** Imperial Germany 1871-1918. Imperial Germany, 1871-1918.

Katherine Lerman (2008) observa que a Unificação Alemã ocorrida em 1871 não significou que houvesse uma unidade entre os grupos compri-

midos no interior do Império. Ao longo do território alemão estavam espalhados grupos católicos (que tradicionalmente viam na Áustria a sua referência alemã); minorias dinamarquesas no norte (em Schleswig); minorias francesas no oeste (nas recém anexadas Alsácia e Lorena); além de cerca de dois milhões de poloneses nas províncias ao leste. Em suma, a nova Alemanha era tudo menos unificada. Além disso, havia um olhar para os milhões de alemães que viviam fora do território.

Do ponto de vista político, tampouco houve uma grande reconfiguração das partes que passaram a compor o Império e este permanecia como uma federação de variados formatos políticos, com três Reinos, seis Grão-Ducados, cinco Ducados, sete Principados, três Cidades Livres (Cidades Estado) e o Território Imperial da Alsácia-Lorena, como podemos observar no mapa anterior (5). Somado a todos os problemas de unidade, entre os anos de 1870 e 1871 surgiu com força um partido político católico, que passou a dar voz a grupos que não estavam incluídos na nova Alemanha dominada pelos protestantes (LERMAN, 2008). O denominado “*Zentrumspartei*” (Partido de Centro, em uma tradução livre), somou-se aos socialistas entre os principais partidos de oposição ao governo Bismarck (COY, 2011).

Ao final da década, aproveitando-se do apoio liberal e do forte anticlericalismo, Otto von Bismarck e o governo prusso conduziram uma enorme resposta à organização política dos católicos. Esta resposta veio na forma da “*Kulturkampf*” (que pode ser traduzida como “luta cultural”), assim:

O controle estatal foi estabelecido sobre a educação e a indicação do clero; o casamento civil compulsório foi introduzido; a Ordem Jesuíta, vista como uma presença alienígena que servia a um poder hostil [O Vaticano, liderado pelo Papa Pio IX], foi expulsa da Alemanha. Todavia, diversos excessos foram cometidos durante o conflito. Padres foram presos, paróquias foram deixadas sem clero e propriedades da Igreja foram confiscadas (LERMAN, 2008, p. 35)⁸.

Estas ações por parte do governo de Bismarck auxiliaram o Partido de Centro a unificar diversos grupos, criando uma coesão de oposição. Desta forma, foram reunidos católicos (cerca de um terço da população), particularistas, polacos, *guelfos* (hannoverianos descontentes), federalistas,

8 Tradução nossa do original em inglês: “State control was established over education and the appointment of the clergy; compulsory civil marriage was introduced; and the Jesuit Order, seen as an alien presence that served a hostile power, was expelled from Germany. But many excesses were committed during the struggle. Priests were imprisoned, parishes were left without clergymen, and church property was confiscated”.

democratas, bem como alguns protestantes. Teve ainda mais poder de coesão o fato de o governo alemão também ter dirigido medidas de repressão e homogeneização contra poloneses, franceses ou dinamarqueses que viviam no seu território (LERMAN, 2008). Desta maneira, em busca de dar fim a diferenças, acabou criando coesões. No entanto, além de favorecer fortes oposições internas, as medidas de repressão ao catolicismo causaram fortes impactos na Alemanha:

No final de 1878, mais de 1.800 padres católicos alemães haviam sido presos ou exilados e mais de 16 milhões de marcos [moeda alemã da época] em propriedades tinham sido confiscados. Somente nos primeiros quatro meses de 1875, 241 padres, 136 editores de jornais católicos, 210 leigos católicos foram multados ou presos, 20 jornais confiscados, 74 casas católicas revistadas, 103 ativistas políticos católicos foram expulsos ou internados e 55 associações ou clubes católicos foram fechados. Tão tarde quanto 1881, um quarto de todas as paróquias prussas permaneciam sem padres (CLARCK, 2008, p. 86).⁹

Para além das consequências sobre o clero e as organizações católicas, a resistência a *Kulturkampf* gerou associações que visavam o auxílio cultural dos alemães católicos, das quais podemos destacar a *Volksverein für das katholische Deutschland* (Sociedade Popular para a Alemanha católica), em 1890 (NUNES, 2015, p. 31). Esta associação é um exemplo da tendência polarizada que o país vivia rumo a criação de associações culturais de cunho confessional (CLARCK, 2008, p. 91). De acordo com Maria Nunes, a associação alemã teve como finalidade:

“[...] a preocupação com a questão social derivada do aumento da indústria e do proletariado. Em vez de abafar as associações menores com interesses semelhantes, arregimentou-as e colocou-as sob sua proteção. Uma finalidade complementar foi a defesa da religião católica, da Igreja e da sua doutrina (2015, p. 32).

9 Tradução nossa do original em inglês: “By the end of 1878, more than 1.800 German Catholic priests had been incarcerated or exiled and over 16 million Marks Worth of ecclesiastical property seized. In the first four months of 1875 alone, 241 priests, 136 Catholic newspaper editors, and 210 Catholic laymen were fined or imprisoned, 20 newspapers were confiscated, 74 Catholic houses were searched, 103 Catholic political activists were expelled or interned, and 55 Catholic associations or clubs were closed down. As late as 1881, one-quarter of all Prussian parishes remained without priests”.

Desta forma, a *Volksverein* esteve relacionada a questões sociais, assim como a defesa da religião católica e interesses religiosos. Por seu caráter e apelo, teve pronto crescimento, pois, de acordo com Maria Nunes (2015) “em 1891, um ano depois da fundação, eram 109.889 associados. Em 1896, erma 290.000 (...) em 1911, o número de associados chegou a 700.000 (...)” (p. 31).

Para além de seus adeptos, as experiências católicas alemãs de resistências a medidas estatais durante a *Kulturkampf*, bem como alguns dos impactos foram transplantados junto aos imigrantes que cruzaram o Atlântico e se direcionaram ao Rio Grande do Sul. Um exemplo pode ser observado nos jesuítas alemães ou de fala alemã, que trabalharam nos núcleos coloniais teuto-gaúchos, como é o caso de Max von Lassberg.

Este padre alemão e de orientação jesuíta, estava em plena formação religiosa quando sua congregação foi expulsa da Alemanha. Por consequência, realizou os estudos de seu noviciado nos Países Baixos (JUNGBLUT, 2015). Já no final da década de 1880, Max von Lassberg se dirigiu às colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Nestas, junto a Theodor Amstad (padre jesuíta suíço), bem como diversos grupos de imigrantes alemães de fé católica, fez parte da formação da *Volksverein für die deutschen katholikhen in der Rio Grande do Sul* (Sociedade Popular para os alemães católicos do Rio Grande do Sul). Além disso, Lassberg atuou ativamente em diversos projetos de colonização que envolveram migrantes das velhas colônias do Rio Grande do Sul, seja para o noroeste gaúcho, nordeste argentino ou o oeste catarinense (JUNGBLUT, 2015).

A *Volksverein* gaúcha, por sua vez, era fortemente inspirada pela sua quase homônima alemã e tinha como um de seus princípios norteadores a preservação étnica de alemães e seus descendentes, desde que fossem de fé católica. De acordo com André Carlos Werle (2001), a *Volksverein* era “(...) uma associação civil de leigos que apresentava um forte caráter religioso e que tinha como objetivo assumir os interesses materiais, espirituais e religiosos dos imigrantes alemães e seus descendentes católicos” (p.49). Assim, a Sociedade Popular estava incumbida de zelar pelos interesses do grupo que lhe cabia, o que poderia incluir, naquele contexto, o auxílio financeiro, feito, segundo Werle (2001), a partir das *Sparkasse* (Caixas de Crédito), uma das precursoras do sistema cooperativo de crédito no Rio Grande do Sul.

Uma das atividades pelas quais a *Volksverein* obteve um grande destaque foi a condução de esforços colonizatórios, no qual a colônia catarinense de Porto Novo recebeu uma maior ênfase. Esta foi destino especialmente de alemães ou seus descendentes que fossem exclusivamente de fé católica (o que acabou não sendo uma regra geral), e que eram provenien-

tes majoritariamente das colônias velhas no Rio Grande do Sul (SAUSEN, 2019). Desta forma, percebemos, em um olhar contínuo, as inspirações do projeto na resistência a políticas de caráter homogeneizante.

Todavia, a experiência estatal alemã de buscar uma homogeneização forçada de sua população, em um esforço de unificação interna, serviu para amplificar ainda mais a cisão religiosa (LERMAN, 2008). Este panorama, acabou inevitavelmente sendo transplantado ao Rio Grande do Sul, através dos imigrantes que cruzaram o oceano, especialmente com a instalação de sociedades de caráter confessional, inspiradas na vivência anterior, como é caso da citada *Volksverein*, para o caso católico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflituoso processo de unificação alemã, ora belicoso ora diplomático, foi um campo de disputas entre os mais variados grupos e, desta maneira, foram expostas as mais variadas possibilidades de configuração. Em princípio, a frágil identidade formulada a partir do conflito com Napoleão, levou, ainda em 1848, às primeiras tentativas de construção de um Estado-Nação, a partir do Parlamento de Frankfurt.

A negativa dos estados alemães, bem como a dissolução do congresso, geraram uma multidão de descontentes, que optou por cruzar o Atlântico e se estabelecer em novos horizontes. Entre os integrantes do movimento de 1848 estavam os *Brummer*, cujos membros que se estabeleceram no Rio Grande do Sul participaram de conflitos bélicos, como a Guerra contra Oribe e Rosas, assim como foram nomes ativos no horizonte político gaúcho.¹⁰ Fez parte do movimento migratório, por sua vez, a experiência dos *Brummer* no conflito alemão em torno de uma possível unificação, assim como os ideais que levaram para o Rio Grande do Sul. Porém, apesar do caso específico dos *Brummer*, não foram somente os processos fracassados de unificação que expeliram grupos políticos.

Com a Unificação alemã em 1871 sob o comando da família real prussa, teve início um processo de unificação da população que estaria no interior do jovem Estado-Nação. Neste sentido, a *Kulturkampf*, acabou por definir os coerentes e incoerentes com o processo, o que, por consequência, transformou os jesuítas alemães em empecilhos ao processo. O que se seguiu foi a perseguição, prisão ou exílio de muitos membros da Companhia

10 O primeiro grupo de estrangeiros naturalizados eleitos para o cargo de Deputado Provincial no Rio Grande do Sul, após a promulgação da Lei Saraiva, em 1881, contou com quatro imigrantes alemães que vieram para o Brasil como mercenários *Brummer*: Carlos von Kahlden, Frederico Haensel, Guilherme ter Brüggem e Carlos von Koseritz (PIASSINI, 2017).

de Jesus, que, entre diversos destinos possíveis, muitas vezes optaram pelo Rio Grande do Sul e para lá transplantaram suas experiências. Desta forma, percebe-se os *Brummer* e os jesuítas como representantes de grupos que se chocaram com as possibilidades políticas vigentes, seja no período pré ou pós Unificação.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Claudio Moreira. *Os Brummer: A Legião Alemã a Serviço do Brasil na Guerra 1851-1852*. São Leopoldo: Oferta ao Museu Visconde de São Leopoldo, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BREUILLY, John. *The formation of the first German Nation-State (1800-1871)*. New York: St. Martin's Press, 1996.
- CAPUANO, Yvonne. *De Sonhos e Utopias... Anita e Giuseppe Garibaldi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.
- CLARCK, Christopher. Religion and confessional conflict. In: RETALLACK, James (org.). *Short Oxford History of Germany: Imperial Germany 1871-1918*. Imperial Germany, 1871-1918. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 83-101.
- COY, Jason P. *A brief history of Germany*. New York: Facts on File, 2011.
- DUBY, Georges. *Atlas Histórico Mundial*. Madrid: Editorial Debate, 1987.
- FLORES, HILDA. Prefácio. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.
- GALLERO, María Cecilia. *Con la patria a cuestas: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*. Buenos Aires: Araucania Editora, 2009.
- HAACKS GEOGRAPHISCHER ATLAS. Gotha/Leipzig: Instituto Cartográfico Geográfico VEB Hermann Haack, 1ª ed., 1979.
- HERÉDIA, Vania. A Imigração Europeia no Século Passado: O Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. In: *Scripta Nova*. nº. 94, v. 10, 1 ago. 2001.
- HOBSBAWM, Eric J.. *A Era das revoluções (1789-1848)*. 36ª ed. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- JUNGBLUT, Roque. *Max von Lassberg: vida, obra, tributos*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: A Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.
- LERMAN, Katherine Anne. Bismarckian Germany. In: RETALLACK, James (org.). *Short Oxford History of Germany: Imperial Germany 1871-1918*. Imperial Germany, 1871-1918. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- NUNES, Maria Zilles Magno. *O Começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul-brasileiro (1912-1933)*. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015).
- PADOIN, Maria Medianeira. *Tito Lívio Zambeccari: A Produção Historiográfica Brasileira e Platina (uma síntese)*. Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2001.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: os *Brummer* Kahlden, Haensel, Koseritz e ter Brüggen, 1851-1881. 2016. 239 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- _____. *Imigração Alemã e Política*. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.
- RIBEIRO, Guilherme. Luta pela autonomia e pelo território: geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. *Mercador – revista de geografia da UFC*, ano 8, nº. 15, 2009, p. 19-28.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, vol. 1, 1969.
- SAUSEN, João Vitor. *A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.
- SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: Jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira em uma perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 11-27.
- SVENDSEN, Nick. *The first Schleswig-Holstein war 1484-50*. West Midlands: Helion & Company Ltd, 2007.
- TELLES, Leandro. *Do deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha*. 1858-1974. Porto Alegre: Globo, 1974.

WERLE, André Carlos. *O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. 2001. 203 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 09/11/2020